
A INDEPENDÊNCIA NACIONAL PORTUGUESA
E O CONFLITO LESTE-OESTE

Joaquim dos Santos Félix António

A INDEPENDÊNCIA NACIONAL PORTUGUESA E O CONFLITO LESTE-OESTE (*)

I

GÊNESE DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL PORTUGUESA

Embora Portugal seja o país da Europa com as fronteiras mais antigas, o povo português, que se pode considerar como um povo resultante de um processo milenário de sucessivas miscigenações de raças, com origens e culturas diversas, não se organizou em Estado-Nação num determinado momento, politicamente bem definido, como aconteceu com os Estados modernos, mas antes através de um demorado processo político de independência nacional, forjado ao longo de muitos anos, com várias etapas, assinaladas por marcos significativos. Destes, são de realçar, pela sua importância, os seguintes: a revolta de Afonso Henriques contra sua mãe, a condessa Teresa, e a conquista do governo do Condado Portucalense em 1128; a Paz de Tui de 1137; a Conferência de Zamora e a enfeudação ao Papa Inocêncio II em 1143; o desaparecimento do título de imperador com a morte de Afonso VII de Leão e Castela em 1157; e, finalmente, a troca de um presente de mil moedas de ouro, a bula papal de 1179, com o reconhecimento formal, por parte da Igreja de Roma, da realeza de Afonso Henriques, já a apenas 6 anos do fim do seu longo reinado de 42 anos, e, consequentemente, da nova monarquia.

Na base do referido processo político da independência nacional portuguesa estiveram diversos factores, de que são de destacar: a rivalidade dos barões portucalenses relativamente aos barões galegos, nos quais se apoiava a condessa Teresa, provocando assim a revolta de seu filho; o apoio dos bispos portugueses, interessados em conseguir a independência

(*) Trabalho individual do autor apresentado no âmbito do Curso de Defesa Nacional/87.

das suas dioceses em relação às leonesas; as actividades e contactos comerciais intensos das gentes da orla marítima; e, talvez o mais importante, a força e o apoio activo das populações habitantes do território, força e apoio populares esses também determinantes na perduração daquele processo político e na dilatação do território nacional, com conquistas sucessivas, muitas vezes com a ajuda dos cruzados, as últimas das quais foram as de Faro em 1249 e de toda a região oeste do Algarve em 1250, no reinado de Afonso III. Todavia, os limites definitivos do território português só vieram a ser fixados na sequência do Tratado de Alcanizes, firmado entre os reis de Portugal e de Castela em 1297, já no reinado do monarca Dinis.

Naturalmente que, ao escrevermos, atrás, limites definitivos do território português, nos estamos a referir ao território europeu continental, porquanto Portugal, por causas múltiplas cuja problemática não cabe agora aqui analisar e que constituem um polémico assunto de debate para todos aqueles que se têm dedicado ao estudo da história portuguesa, lançou-se posteriormente numa política de expansão marítima, alargando o seu território a ilhas oceânicas e a outros continentes, podendo dizer-se que a conquista de Ceuta em 1415, no reinado de João I, marca o início dessa política oficial da expansão ultramarina portuguesa, sendo depois desta data que as actividades marítimas portuguesas passaram a assumir um importante papel na nossa história, constituindo a acção mundial dos portugueses, desde o século XV, uma gigantesca epopeia colectiva. Foi na senda dessas actividades marítimas que os portugueses descobriram, e posteriormente ocuparam, a ilha de Porto Santo em 1419, a ilha da Madeira em 1420 e as ilhas dos Açores em 1427, a que se seguiu o reconhecimento da costa ocidental da África e, mais tarde, da sua costa oriental e do Brasil, tendo também chegado a vários pontos da Ásia, estabelecendo bases em pontos-chave (os modernos «choke points»), com o que acabaram por formar um imenso e poderoso império colonial. Este constituiu, durante muitos anos, aquilo a que se poderia chamar a grande potência marítima de antanho, com potencial estratégico suficiente para resistir à pressão hegemónica continental de Castela, não sendo despiciendo poder afirmar-se que os geoestrategistas da independência e da viabilização e sobrevivência do Reino de Portugal se anteciparam, de séculos, não só ao pensamento do almirante norte-americano Mahan (1840-1914), teórico do poder naval, como ao

do geógrafo inglês Mackinder (1861-1947), que, embora teórico do poder terrestre, via no poder marítimo a única oposição eficaz contra o poder da potência terrestre, pensamento esse consubstanciado na sua afirmação, feita já no final da Segunda Guerra Mundial e portanto pouco tempo antes de morrer, de que a potência continental, na altura já então a URSS, mesmo com grande desenvolvimento do seu poder naval, poderia ser contida nos seus limites geográficos se os EUA e a Europa Ocidental conseguissem associar os seus potenciais estratégicos, transformando o Atlântico Norte num elo de íntima união entre si, pelo que é lícito considerá-lo o pai ideológico da OTAN.

Mas esse imenso império português era demasiado grande para um povo demasiado pequeno em termos demográficos; e, por outro lado, em meados do século XVIII, começou a deixar de haver em Portugal o sentido de cruzada, que tinha servido de esteio à feitura e consolidação da independência nacional, à expansão ultramarina portuguesa e até mesmo à gesta da restauração daquela em 1640, tendo então Portugal deixado de ser visto a partir de dentro, da sua história, do seu destino, para passar a ser perspectivado a partir das ideias iluministas e racionalistas de outros países, o que viria a resultar num saldo negativo, designadamente na sua decadência nos séculos XIX e XX.

Assim, o retrocesso, inevitável, foi-se processando ao longo dos últimos dois séculos, sendo de assinalar, pela importância, a perda do Brasil, com a sua independência em 1822, e, pela proximidade no tempo, a perda dos territórios indostânicos de Goa, Damão e Diu, anexados pela União Indiana em 1961, sem que, todavia, Portugal deixasse de manter um ainda vasto império colonial até à revolução de 25 de Abril de 1974, pela qual se desencadeou uma rápida e quiçá tumultuosa descolonização, que infelizmente não foi exemplar, não só por causa das sequelas da política obstinada, em relação a essa problemática, dos governos ante-25 de Abril, mas também por causa de alguma ligeireza e de certas intenções preconcebidas de alguns dos detentores do poder político no pós-25 de Abril.

Regressado, pois, à sua base euro-atlântica de partida, reduzido à sua faixa continental europeia e aos arquipélagos da Madeira e dos Açores, pese embora a crise por que tem passado nos últimos anos, Portugal mantém-se como país independente e soberano, esperemos que pronto a responder cabalmente aos inúmeros desafios do presente e do futuro, condicio-

nados quer pela sua inserção na Aliança Atlântica, de que é membro fundador desde 4 de Abril de 1949, quer e principalmente pela sua recente adesão às Comunidades Europeias, de que faz parte integrante desde 1 de Janeiro de 1986, quer ainda pelas perspectivas de uma desejável e viável criação de um sistema do mundo lusófono, designadamente em relação às suas vertentes económica e cultural.

II

CARACTERIZAÇÃO DE PORTUGAL ACTUAL COMO PAÍS INDEPENDENTE E SOBERANO

País com mais de oito séculos de história, resultado essencialmente dum estado de espírito, produto da inteligência e da vontade do povo português, que soube resistir heroicamente às grandes crises, em que a independência nacional esteve em risco (1383-85) ou mesmo comprometida sob o domínio do vizinho castelhano (1580-1640), Portugal é hoje um Estado-Nação independente e soberano, dispondo de um território quase-arquipelágico, formado por uma faixa continental, marítima, com uma superfície aproximada de 92 000 Km², separada da Espanha por uma fronteira sem acidentes geográficos significativos, e pelos arquipélagos dos Açores e da Madeira, com as superfícies aproximadas respectivas de 2 400 Km² e 800 Km², e de uma população de pouco mais de 10 milhões de habitantes.

Embora com algumas características que o podem identificar como país mediterrânico do Sul da Europa, designadamente étnicas, culturais, climáticas, agrícolas e de relativamente atrasado desenvolvimento, Portugal é, pela sua situação geográfica, por tradição e opção multisseculares e por necessidade geoestratégica e geopolítica, um país essencialmente euro-atlântico, em que, sendo tão importantes as ilhas como o continente, tem que afirmar-se como «país formado por ilhas e continente» e não como «Portugal com ilhas», isto é, o território nacional com as suas três parcelas, uma continental e duas arquipelágicas, deve ser considerado como «um núcleo», na acepção de conjunto estratégico coeso e inseparável em todas e quaisquer circunstâncias, havendo mesmo quem, como Virgílio de Carvalho, defenda a tese de que não é inteiramente seguro que Portugal pudesse continuar a ser verdadeiramente independente no caso do seu território ser amputado de uma daquelas parcelas.

De entre a possível classificação dos países, quanto ao seu poder, em superpotências, grandes potências, médias potências, pequenas potências e minipotências, ou, duma maneira mais simplificada, de acordo com Michael Haendal, em «The Weak States in the International System», apenas em Estados fortes e Estados fracos, parece-nos lícito admitir-se que a designação mais adequada ao caso de Portugal é a de pequena potência ou Estado fraco, tendo em conta as suas características principais, de que são de salientar as seguintes: extensão geográfica e população reduzidas, com limitada área de interesse, podendo ser facilmente influenciado por infiltração política exterior; elevada dependência de auxílio externo para se poder defender capazmente contra ameaças exteriores; produto nacional bruto e investimento em investigação e desenvolvimento baixos em termos absolutos; produção, em termos económicos significativos, de apenas um muito reduzido conjunto de produtos (de que são exemplos os têxteis e o vestuário, o calçado, as madeiras e a cortiça, as conservas de peixe, o concentrado de tomate e os vinhos do Porto e da Madeira); elevada dependência de capitais estrangeiros e dos mercados externos, tanto para as exportações como para as importações, constituindo neste último caso uma grande vulnerabilidade a marcada dependência alimentar, energética e tecnológica, com um consequente importante desequilíbrio, nestes sectores, do binómio importações/exportações, a favor das importações, o que, conjugado com um fraco valor acrescentado da produção nacional, determina o aspecto negativo mais marcante da nossa estrutura económica; e, finalmente, pouco peso na balança de poderes, sem capacidade de influenciar o sistema de política internacional, em que é basicamente passivo e reactivo, devendo essencialmente minimizar riscos, ao contrário dos Estados fortes que tendem essencialmente a maximizar ganhos, o que deve constituir o âmago do seu planeamento estratégico, isto é, Portugal deve tentar conhecer as intenções dos outros Estados que para si possam constituir potenciais ameaças e actuar sobre elas por forma a conseguir modificá-las, sem deixar, obviamente, de actuar também sobre as suas possibilidades próprias, uma vez que estas e a sua relação com as possibilidades dos potenciais adversários afectam, naturalmente, as intenções destes.

Contudo, se as características atrás apontadas representam de certo modo factores de vulnerabilidade relativamente à sua independência e

soberania, o facto de Portugal dispor dum sistema democrático suficientemente estabilizado, que foi a melhor herança do 25 de Abril, sabida a importância que tem a democracia, principalmente nos pequenos países, para a preservação da independência nacional, e o facto de não se dever duvidar da grande força anímica do povo português, sempre demonstrada à saciedade em épocas de crise grave, constituindo factor determinante no necessário aumento do seu poder nacional, conferem-lhe, juntamente com a sua privilegiada situação geoestratégica, algo de muito importante no campo das potencialidades, de certo modo compensatório daquelas vulnerabilidades, contribuindo significativamente para a formação do tão importante chamado «poder funcional», que é talvez a arma mais eficaz dos Estados fracos.

Com mais vulnerabilidades, pois, do que potencialidades, Portugal, embora sendo um pequeno país e um Estado fraco, tem que se assumir como independente e soberano, sabendo-se que a independência e a soberania nacionais não têm hoje o carácter absoluto e intangível, diríamos quase que sagrado, que tinham ainda no século passado, em que era o Estado quem definia o domínio das suas próprias competências, naquilo a que se poderia chamar com propriedade «a competência das competências», mas, antes, vêem-se confrontadas com vários desafios e até mesmo declaradas limitações, nomeadamente no respeitante à sua sujeição a determinadas normas de direito internacional e regras inerentes a certas organizações internacionais, sem que isso signifique a sua perda, mas levando a ter que entender-se a independência nacional, não como um valor absoluto, mas tão-somente com a menor dependência possível num mundo necessariamente interdependente.

Aproveitando para teorizar um pouco a questão, invocando aqui as doze questões ou doze binómios fundamentais das Relações Internacionais postulados por Karl Deutsch, para quem, de acordo com a concepção hegeliana de que tudo passa pelo Estado-Nação, este é o ponto central e chave, como actor infuente e influenciado, julga-se pertinente destacar o binómio do processo transnacional e independência internacional, não podendo o governo e o povo de qualquer Estado-Nação decidir por si sós do seu próprio futuro, dependendo muito os resultados das suas acções de condições e eventos exteriores às suas fronteiras nacionais, mais ou menos conforme os diferentes sectores de actividades.

Hoje pode dizer-se que um Estado é soberano quando, embora sujeito ou subordinado directamente ao direito internacional, não está subordinado a uma organização internacional ou a outro ou outros Estados, no respeito pelos dois princípios fundamentais da igualdade soberana dos Estados e da inadmissibilidade de intromissão na ordem interna de cada Estado, não contendendo com a independência ou soberania nacionais a renúncia livremente aceite, por parte dum Estado, ao exercício de certas competências, desde que não haja a sua transferência para outros Estados, como é o caso dos Estados-Membros das Comunidades Europeias, cujas várias competências a que renunciaram transitaram para as próprias Comunidades e não para outros Estados.

III

CARACTERIZAÇÃO DO CONFLITO LESTE-OESTE

Aquilo que é costume designar-se por conflito Leste-Oeste é protagonizado por dois blocos de países liderados respectivamente pela URSS e pelos EUA, únicos países do mundo contemporâneo que se podem arrogar de superpotências, uma vez que têm condições para intervir com igual eficácia em qualquer parte do mundo, podendo ganhar qualquer guerra contra uma não superpotência desde que coloquem em acção todo o seu potencial, dispõem duma estratégia global que tem a mesma dimensão para qualquer lugar do planeta, têm uma capacidade de intervenção simultânea e de operacionalidade em todos os âmbitos e em todos os lugares e têm uma ideologia mundializável.

Embora se possa afirmar que o problema das relações Leste-Oeste começou no Congresso de Viena de 1815, subsequente às campanhas napoleónicas, em que a Rússia começou a desempenhar um papel preponderante nos destinos da Europa, congresso esse que, por ter ressuscitado os princípios legitimistas tradicionais, contra os quais Napoleão Bonaparte tinha combatido, com o dever dos países voltarem às suas fronteiras históricas e de defenderem intransigentemente a sua herança civilizacional cristã, foi considerado por muitos como um congresso conservador e reaccionário, a verdade é que o conflito Leste-Oeste, na sua forma actual, nasce com o fim da Segunda Guerra Mundial. Na realidade, esta guerra e o seu desfecho conduziram a várias consequências determinantes, a saber: embora dentro

da Europa tenha havido vencedores e vencidos, quem perdeu verdadeiramente a guerra foi ela própria como entidade, deixando o jogo internacional de ser eurocêntrico, com a Europa ausente das grandes decisões mundiais, isto é, enquanto que até aí as grandes potências mundiais eram as potências coloniais europeias, depois da guerra passaram a ser outras, arvoradas em verdadeiras superpotências; a Europa foi redividida, tendo essa nova divisão sido em parte fruto dos acordos de Yalta, em que é lícito poder admitir que o que aí contou não foi só o que ficou escrito, designadamente em relação à desnazificação, à democratização e à declaração de uma Europa libertada, mas também o que ficou implícito, embora as interpretações, que têm sido dadas à luz, daqueles acordos, sejam variadas e polémicas; proliferaram as relações multilaterais do quadro internacional e as organizações internacionais, de que é exemplo marcante a ONU, cuja criação foi negociada já durante a guerra; com a emergência dos dois verdadeiros vencedores da guerra, os EUA e a URSS, nasceu a teoria dos blocos, um ligado ao primeiro e o outro ao segundo dos referidos países, blocos esses baseados em duas concepções antagónicas de democracia, a democracia parlamentar e a democracia popular, e opondo-se um ao outro, e cuja separação acabou por ser materializada na «cortina de ferro», que mais não foi do que o equivalente daquele chamado «cordão sanitário» de que a velha Rússia sempre teve necessidade ao longo dos séculos para lhe garantir uma certa capacidade de autodefesa; começou a desencadear-se o processo de descolonização, cuja necessidade fora expressa de forma muito clara pela primeira vez na Carta do Atlântico, assinada por Roosevelt e Churchill em 14 de Agosto de 1941, na base da qual viria a ser criada a OTAN, e que pressupunha que a guerra traria a ideia de que os países então subjugados pelas potências colonizadoras teriam direito à autodeterminação e à independência, no que havia, por parte dos EUA, não só um interesse económico directo, por lhes permitir abrir ao livre comércio estruturas económicas fechadas, onde até então não tinham podido penetrar, mas também uma razão ética, por eles próprios se terem tornado independentes por um processo de descolonização relativamente recente, com a Declaração da Independência das treze colónias inglesas, adoptada em 4 de Julho de 1776 pelo Congresso de Filadélfia; finalmente e na sequência dos movimentos de descolonização e da formação dos primeiros países descolonizados, começou a perfilar-se no horizonte aquilo que viria a ser cha-

mado o Terceiro Mundo, expressão usada pela primeira vez em 1952 pelo demógrafo francês Alfred Sauvy, de que são expressões organizativas marcantes a Conferência Afro-Asiática de Bandung em 1955, o Movimento dos Países Não Alinhados em 1961 e o Grupo dos 77 em 1964, constituindo uma «terceira posição» face à então já rígida divisão do mundo em dois blocos político-económico-militares, tendo mais tarde Mao Tsé-Tung enunciado a chamada «teoria dos três mundos», segundo a qual o primeiro mundo seriam as duas superpotências (EUA e URSS), o segundo seriam os demais países industrializados, e o resto constituiria o terceiro, podendo dizer-se que foi esse movimento terceiro-mundista e dos países não alinhados que teorizou, provocou, fez e levou a cabo toda a descolonização ao longo de 25 anos, naturalmente com o beneplácito e por vezes a acção das superpotências e até de grandes e médias potências, e alterou, no quadro multilateral, o equilíbrio de forças dentro dos organismos internacionais. Em suma, julgamos não errar ao afirmarmos que hoje se desenrola sob os nossos olhos, com a lentidão majestosa da história, umas das maiores mudanças da humanidade, desde a queda do império romano.

Naturalmente que uma das principais razões do antagonismo entre os dois blocos é a existência de ideologias e de conceitos de vida social bastante diferentes, o bloco comunista dispondo dum instrumento ideológico poderosíssimo, baseado na doutrina da libertação dos proletários, e o bloco ocidental apoiando-se tanto numa filosofia capitalista e calvinista, portanto de lucro, como na doutrina dos direitos do Homem, de raiz cristã e dizendo respeito à sua dignidade, mas que, todavia, dada aquela conotação à mentalidade de lucro, se tem revelado pouco consistente e penetrante, e até quicá dissolvente, em face da doutrina ideológica da URSS, que dela se serve habilmente como suporte eficaz à sua vocação de Estado em movimento e expansionista. Como corolário dessas ideologias e conceitos de vida social diferentes, apresentam os dois grandes blocos oponentes sistemas económicos também diferentes, tendo o bloco de Leste uma economia de direcção central e o bloco ocidental uma economia de mercado, embora cada vez mais se note uma certa interpenetração de ambos os sistemas, permitindo, por um lado, a economia de direcção central alguns elementos da economia de mercado, sendo certos bens e serviços produzidos e trocados sem referência a um plano autoritário, e, por outro lado, experimentando a economia de

mercado certos tipos de intervenção estatal, vendo assim a sua marcha de liberdade limitada por tais imposições.

Como suporte das suas políticas e das suas estratégias, os dois blocos antagónicos organizaram-se, mediante tratados adequados, em sistemas, com preponderante participação militar, catalogados, cada um pelo respectivo bloco, como sistemas de defesa colectiva: a Aliança Atlântica, criada pelo Tratado do Atlântico Norte (OTAN), assinado em Washington em 4 de Abril de 1949, de que fazem parte actualmente 16 países, embora a França e a Espanha não estejam integradas na estrutura militar, bem como a Islândia, esta por não dispor de forças armadas; e o Pacto de Varsóvia, criado pelo Tratado de Amizade, de Cooperação e de Assistência Mútua, assinado em Varsóvia em 14 de Maio de 1925, de que fazem parte actualmente sete países.

As principais diferenças referentes à organização militar da Aliança Atlântica e à do Pacto de Varsóvia residem nos seguintes factos: na primeira, a mais alta autoridade militar, o Comité Militar, composto pelos Chefes de Estado-Maior dos países-membros, está submetido à autoridade política, o Conselho do Atlântico Norte, que é a instância suprema de decisão e consulta no seio da Aliança, recebendo os Comandantes Supremos Aliados da OTAN as suas directivas do Comité Militar e não directamente dum qualquer dos países-membros, enquanto que, no segundo, as posições-chave são detidas pelos soviéticos, encontrando-se à sua cabeça o Comandante-em-Chefe, soviético, das forças armadas combinadas do Pacto de Varsóvia, sendo os seus delegados os Ministros da Defesa ou outros Chefes Militares designados dos países-membros, e sendo ainda o Chefe da Defesa Aérea Soviética igualmente responsável pelo sistema de defesa aérea do Pacto, embora em Março de 1969 tenha sido criado um Comité dos Ministros da Defesa do Pacto de Varsóvia, tendendo a dar aos restantes países da Europa de Leste uma parte mais importante nas actividades da organização. Na Aliança Atlântica a potência numérica das forças armadas dos EUA é sensivelmente igual à das de todos os outros países-membros reunidos, enquanto que no Pacto de Varsóvia a posição da URSS, a esse respeito, reveste uma preponderância muito mais acentuada, estando a potência numérica das suas forças armadas, em relação à das dos outros países do Pacto, na razão aproximada de 3/1. Na OTAN dispõem de armas nucleares, além dos EUA, o Reino Unido e a França, embora

esta se tenha retirado da sua estrutura militar integrada em 1966, ao passo que a União Soviética é o único país do Pacto de Varsóvia a possuir tal tipo de armas. Finalmente, estabelecendo uma comparação entre as forças da OTAN e as do Pacto de Varsóvia, constata-se uma nítida superioridade destas, designadamente em relação a total de efectivos e a meios convencionais, tanto terrestres, como navais e aéreos, em que são de destacar os carros de combate, os mísseis anticarro, a artilharia pesada, os veículos blindados, nomeadamente de transporte de tropas e de combate de infantaria, os submarinos, os aviões tácticos e os helicópteros de ataque, sendo a OTAN todavia nitidamente superior em porta-aviões e em helicópteros de transporte; em relação ao potencial nuclear há também preponderância do Pacto de Varsóvia face à OTAN, embora esta disponha de armas nucleares, designadamente na Europa, suficientes para prosseguir a sua estratégia de dissuasão.

Vejamos agora qual foi a evolução do conflito Leste-Oeste desde a sua origem no fim da Segunda Guerra Mundial. Três fases marcantes e bem definidas se podem realçar nessa evolução: a primeira, a da chamada guerra fria, segundo a feliz expressão de Walter Lippman, desde 1946 até à crise de Cuba em 1962, foi consequência de, depois do fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA se terem apercebido de que a URSS tinha uma atitude concreta de poder, alterando as regras do jogo com os países sob a sua alçada, e que, portanto, onde quer que actuassem, os soviéticos teriam que ser contidos, tendo surgido assim a política de contenção, com suporte numa estratégia de dissuasão pela retaliação maciça, com que responderiam perante qualquer eventual ataque, uma vez que os EUA eram o único país detentor de armas nucleares, tornando assim a defesa efectiva e económica; todavia, já na década de 50, a URSS desenvolveu a sua capacidade nuclear, embora com os EUA ainda em nítida superioridade, que lhes permitia seleccionar e destruir os alvos que constituíssem uma mais grave ameaça, mantendo a capacidade para um segundo ataque, o que levou ao conceito estratégico dessa época, de destruição assegurada e danos limitados, reduzindo os efectivos das forças convencionais dispostas ao longo da fronteira Leste-Oeste, os quais tinham como missão principal comprovar um eventual ataque soviético, actuando assim como um arame de tropeço. A segunda fase, a da chamada coexistência pacífica, desde a crise de Cuba em 1962 até à Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa, iniciada

em 3 de Julho de 1973 e concluída em 1 de Agosto de 1975 em Helsínquia, com a participação de, além dos EUA e da URSS, do Canadá e de 33 países europeus, entre os quais Portugal, foi marcada pelo avanço progressivo do poder nuclear da União Soviética, de tal modo que, entre 1967 e 1968, a supremacia nuclear do Ocidente deixou de ser um facto, tendo o princípio da retaliação maciça perdido grande parte do seu valor como dissuasor; entrou-se, assim, em novos conceitos estratégicos da OTAN, primeiro, ainda na década de 60, no conceito da resposta controlada, em que, admitindo-se mesmo a possibilidade da URSS tomar a iniciativa de um ataque nuclear às bases de lançamento de mísseis dos EUA, um tal confronto corresponderia à mútua destruição assegurada, e depois, já na década de 70, no conceito de resposta flexível, graduada, em que as armas nucleares passaram a constituir o último recurso, a usar só em caso de não se encontrar solução por outros meios, políticos ou militares. Por último, a terceira fase da evolução do conflito Leste-Oeste, correspondente à situação actual, é a fase do desanuviamento, em que continua a ser válida a estratégia de dissuasão de resposta flexível, graduada, e que está a ser favoravelmente influenciada pela política de certo modo «revolucionária» do Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética, Mikhail Gorbachev; o seu longo discurso, pronunciado em 27 de Janeiro de 1987 em Moscovo, sobre a reorganização e a política de quadros daquele Partido, aquando da sessão plenária do respectivo Comité Central, na sequência da incumbência, por parte do XXVII Congresso do Partido, aos membros daquele Comité Central, da «grande responsabilidade de assegurar a materialização da linha estratégica orientada para a aceleração do desenvolvimento socioeconómico do país», permite perspectivar uma antevisão de possível futura melhoria das relações Leste-Oeste, nomeadamente no respeitante às duas superpotências liderantes.

Para terminarmos esta terceira parte do nosso trabalho, sobre a caracterização do conflito Leste-Oeste, afigura-se-nos pertinente tentar exprimir como funciona actualmente o sistema de relações Leste-Oeste. O referido sistema tem essencialmente duas premissas, que são a ideia da estabilidade do sistema internacional e a teoria do equilíbrio de poderes, baseado na estratégia da dissuasão; quanto à estabilidade do sistema internacional, poder-se-ão encarar três níveis, designadamente a estabilidade interna (política, económica e social) e a hierarquia rígida, dentro de cada bloco, e ainda

a estabilidade do sistema no seu conjunto, condicionada pelo jogo das esferas de influência externas aos blocos, que nenhuma das superpotências consegue controlar completamente, o que implica que, embora o sistema funcione rigidamente a nível interno, tem que ter alguma flexibilidade a nível externo. Poder-se-á ainda acrescentar que o sistema da URSS, mais que comunista puro, é altamente nacionalista, havendo alguns dos seus objectivos que não se alteraram nem se irão alterar, pesem embora as mudanças operadas e a operar por Gorbachev, tendo em vista que a URSS tem uma estratégia a longo prazo no que diz respeito aos seus objectivos, nomeadamente explorar as contradições do sistema de vida ocidental e dividir os países que giram nesta órbita, fundamentalmente tentando separar a Europa dos EUA, sem fazer a guerra, mas utilizando-os como centros financeiros e onde possa comprar tecnologia avançada.

De qualquer modo e apesar das discrepâncias dos dois blocos até aqui afloradas, designadamente das respectivas superpotências liderantes, não nos devemos esquecer de que os EUA e a URSS têm uma característica comum importante, que é a de defenderem, de entre os quatro possíveis tipos de sistema internacional quanto à distribuição do poder (o unipolar, o bipolar, o multipolar e o difuso), precisamente o bipolar como o mais estável, em consonância aliás com a realidade do mundo actual, em que constituem os dois grandes pólos do poder, compartilhando entre si o condomínio mundial. Todavia este condomínio já não é exercido duma maneira absoluta, como o provam, por exemplo, o facto dos EUA terem perdido uma certa capacidade de acção sobre a França e o facto da URSS ter dificuldades para controlar, não só a Jugoslávia, mas também, de certo modo, a Roménia e a Polónia, para já não falar na impossibilidade de controlar a China; o que não obsta a que se possa considerar que as referidas superpotências dispõem ainda de um grande domínio do poder, influenciando, directa ou indirectamente, a maior parte do mundo. É aliás esse grande manancial de poder, com base nas armas nucleares, que tem permitido a mútua dissuasão e, assim, evitado uma guerra total, que seria catastrófica para toda a humanidade, obrigando ambos os adversários a manterem-se prudentemente numa atitude de estratégia indirecta, através da qual tentam alcançar os seus objectivos, muitas vezes com êxito, ainda que algumas vezes à custa de sacrifícios de terceiros. Até que ponto é lícito admitir que o actual clima de

desanuviamento, protagonizado pelas duas superpotências e apontando para uma redução substancial do arsenal nuclear, com perspectivas de se chegar a uma desnuclearização total da Europa, com eliminação dos euromísseis de médio alcance norte-americanos (Opção Zero), poderá implicar igualmente sacrifícios, neste caso para a Europa Ocidental, que, com tal opção, correrá o risco de ficar exposta aos cerca de 500 euromísseis de curto alcance soviéticos e às poderosíssimas forças convencionais do Pacto de Varsóvia, sem possibilidade de os EUA retaliarem a partir da Europa contra um eventual ataque a esta, infere-se da decisão, por parte das duas potências nucleares europeias, a França e o Reino Unido, intranquilas com soviéticos, norte-americanos e alemães, de reactivarem o foro europeu da defesa, a União da Europa Ocidental, que exclui Portugal, Espanha e Grécia, desenvolvendo a sua capacidade de dissuasão nuclear autónoma, com eventual recurso a bombas de neutrões e a mísseis de cruzeiro, no caso de se dar a retirada daqueles euromísseis norte-americanos da Europa.

Interessará finalmente falar na recente Iniciativa de Defesa Estratégica, proveniente dos EUA, para cujo aparecimento concorreram decerto os clamores contra a escalada de armas nucleares, nomeadamente contra os seus perigos e custos, a qual, visando a longo prazo acabar com todas as armas nucleares, pretende substituir o conceito da destruição mútua assegurada, em que as superpotências prometem permanecer vulneráveis a ataque nuclear para não se tentarem a recorrer a ele, pelo conceito da sobrevivência mútua assegurada, que contempla a defesa contra os sistemas de ataque nuclear. Provocando necessariamente a referida Iniciativa de Defesa Estratégica uma corrida científico-tecnológica por parte das duas superpotências, poderão estas erigir como primeira prioridade, pois, o seu desenvolvimento científico-tecnológico, fundamental também para a chamada «guerra do desenvolvimento» que terão que enfrentar com as potências do Pacífico, designadamente Japão e China, e até mesmo com a Europa Ocidental, o que poderá levá-las a alterar o seu comportamento em relação à consecução dos seus objectivos nacionais de sempre, pautando-se por novas regras ou até por ausência delas, numa nova fase das suas relações que se poderia designar de «guerra ambígua», em virtude daqueles objectivos tenderem a ser camuflados e dos processos a usar não serem os mais claros e leais, podendo descambar em condenáveis acções de espionagem, desinformação, sabotagem e terrorismo.

IV

POSSÍVEIS INTER-RELAÇÕES ENTRE O CONFLITO LESTE-OESTE E A INDEPENDÊNCIA NACIONAL PORTUGUESA

Com as características de pequena potência ou de Estado fraco, já referidas no capítulo II, e situado no «Rimland», região onde historicamente se tem verificado disputa permanente de influências entre as potências marítima e continental, Portugal, que foi a primeira e a última potência colonial do mundo, terá que, para preservar a sua independência nacional, fazer, com muito critério, muita prudência e muito acerto, a gestão integrada das suas muitas e variadas dependências, tentando minimizar as suas vulnerabilidades, ao mesmo tempo que deverá procurar reforçar as suas potencialidades, no âmbito de uma adequada estratégia de defesa nacional, encarada no seu conceito global e orientada no sentido da consecução dos objectivos nacionais, que expressam aquilo que Portugal programa atingir e, principalmente, dos interesses nacionais, que designam aquilo que Portugal pretende salvaguardar, deles se destacando os interesses nacionais primários ou vitais, cuja garantia é condição da sua sobrevivência como Estado-Nação independente e soberano.

Assim, embora devendo ter sempre em mente a tétrada constitutiva dos fins últimos da política, isto é, a segurança, o progresso, o bem-estar e a justiça social, Portugal, como pequeno país que é, tem que se preocupar prioritariamente com a sua segurança, na medida em que, para um pequeno país, aquilo que se deve sobrepor a tudo o resto é a sua sobrevivência como tal, e, daí, ser para ele fulcral a problemática da defesa nacional, cujo primeiro objectivo, de acordo com o estipulado na Constituição da República Portuguesa e na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, é precisamente a independência nacional, defesa essa que terá que ter por suporte um adequado potencial estratégico. Nesse sentido, e sabendo-se que, para os pequenos países, é fundamental a componente externa do referido potencial estratégico, pois é nessa área que se jogam, em termos estratégicos, os seus destinos, Portugal, de acordo com a política de alianças necessária, optou oportunamente por uma aliança com os chamados países ocidentais, a convite destes, opção a que não foram alheias as suas características geográficas, históricas, civilizacionais e culturais. Mas, ironia e contradições

destas coisas da política, se no preâmbulo do Tratado que criou a Aliança Atlântica, em 1949, se declarava que «os Estados-Partes reafirmam a sua fé nos intuítos e princípios da Carta das Nações Unidas e o desejo de viver em paz com todos os povos e com todos os governos, decididos a salvaguardar a liberdade dos seus povos, a sua herança comum e a sua civilização, fundadas nos princípios da democracia, das liberdades individuais e do respeito pelo direito», em Portugal, Estado-Membro desde a sua criação, eram postergados, e continuaram a sê-lo durante muitos anos, esses princípios aí enunciados; só que os principais interessados na entrada de Portugal na Aliança eram aqueles países ocidentais, que não tinham esquecido o papel importante desempenhado pelos Açores no socorro dos norte-americanos aos seus aliados europeus aquando das duas guerras mundiais.

Contudo, se é verdade que uma aliança pode colmatar certos riscos e certas ameaças, decorrentes de possíveis cenários, quer de âmbito regional, quer de âmbito global, como no caso da Aliança Atlântica em relação a Portugal e face a possíveis manifestações hostis, quer de países vizinhos, quer de países integrados no Pacto de Varsóvia, hipótese esta menos provável, dadas a grande distância a que estão estes países e a actual estratégia de dissuasão mútua, não é menos verdade que, da circunstância de ser membro da Aliança Atlântica, podem decorrer para Portugal outros riscos e até outras ameaças, que a sua estratégia de defesa nacional não pode deixar de contemplar com realismo e objectividade, tendo em mente que a principal missão das pequenas potências que têm interesse estratégico para outras é a preservação da sua soberania, mediante aquilo a que se poderá chamar a «defesa contra a ajuda», conceito existente, por exemplo, no Canadá relativamente aos EUA. Na realidade, Portugal, pela sua privilegiada posição geográfica, encontra-se na área de interesse estratégico da actual potência marítima, os EUA, sendo de não esquecer que, pela geografia e pela história, se encontra também na área de interesse da Espanha, pelo que é da mais elementar prudência que a componente interna do seu potencial estratégico seja suficientemente forte e capaz de um efeito dissuasor credível, fugindo a todo o custo ao perigo de um dia se poder vir a tornar num Estado exíguo, isto é, num Estado sem recursos próprios para realizar os seus objectivos e sustentar a defesa dos seus interesses, sem, portanto, capacidade de poder assegurar autonomamente a sua defesa. Frente ao conflito Leste-Oeste e encontrando-se no caminho das duas superpotên-

cias, de uma das quais é aliado, e na vizinhança de uma média potência tradicionalmente adversária em muitos campos, embora integrada na mesma Aliança de defesa, o problema mais delicado para Portugal é como sobreviver soberano neste contexto, pelo que o seu planeamento estratégico deve prestar uma grande atenção à política internacional, tendo na devida conta os problemas da região em que está inserido, os quais tendem a sobrepor-se, em grau de perigo e de urgência, aos problemas globais, afectando directa e imediatamente o país, e sendo os únicos em cuja resolução pode ter, ele próprio, alguma influência. Concretamente, tem que evitar dar a imagem de poder corresponder a um vazio de poder, o qual poderia provocar por parte de outras potências, designadamente das aliadas, apetência e consequente intenção de preenchimento desse vazio, de modo a garantirem a posse da invejável situação geográfica detida por Portugal, ocupando todo ou parte do território nacional, designadamente as ilhas atlânticas, independentemente dos nossos interesses, mas apenas em função dos seus interesses próprios. Há, pois, que ter muito cuidado com a possibilidade de certas atitudes por parte de potências aliadas, as quais, não confiando na capacidade do pequeno país aliado para se defender, não lhe concedem, por isso, o auxílio material desejado, prevendo que, em situações de confronto, as suas próprias forças acorrerão a ocupar o tal vazio do poder, ocupação essa efectuada por vezes, ironicamente, «a pedido do pequeno país», podendo, inclusivamente, chegar a acontecer que tais «invasões aliadas» possam ser mais prejudiciais para o pequeno país do que as invasões dos inimigos; e isto que se acaba de dizer, embora esteja eivado de uma certa teorização, constitui, há que assumi-lo, algo de não impossível em relação a Portugal.

Para poder fazer face a situações da natureza das que acabámos de enunciar, é imperativo, pois, que Portugal saiba valorizar, harmonicamente, as componentes externa e interna do seu potencial estratégico nacional, procurando aproveitar todas as linhas intersticiais não ocupadas pelas grandes potências, designadamente pelas superpotências, para aumentar a componente interna do referido potencial, sabendo manipular a seu favor e em função dos objectivos próprios a competição entre aquelas.

Nesse sentido e tendo em conta a sua inserção na Aliança Atlântica, nas Comunidades Europeias e na Península Ibérica, com três desafios fundamentais a enfrentar (o atlântico, o europeísta e o ibérico), Portugal necessita de, com determinação e rapidez, e pondo de parte questiúnculas políticas

de somenos importância, que só servem para alimentar arrogâncias, vaidades e oportunismos de alguns, enveredar por uma política eficaz de desenvolvimento económico, que, sem desprezar eventuais ajudas exteriores dos seus aliados, lhe permita dispor de um sistema de defesa autónomo e credível, baseado numa estrutura económica sólida e pujante. Para esse desenvolvimento económico terá que se fazer uma revisão séria dos grandes projectos nacionais, designadamente nos campos industrial e agrícola, isto é, o conceito de grande projecto nacional deve ser reformulado, escolhendo-se os projectos que são viáveis, marcando prioridades e apostando neles a cem por cento, o que implicará o abandono, a reformulação ou o redimensionamento de alguns dos projectos já concretizados ou em via de concretização, de cariz clássico, como, por exemplo, o complexo de Sines, com a sua Petroquímica, a sua Refinaria, etc., a Siderurgia, a Setenave, o Alqueva, os Azotados, os Aromáticos, etc., alguns deles verdadeiros «elefantes brancos», e o enveredar por outros novos projectos, perspectivados numa óptica económica actual, de que poderemos apontar, como exemplos, os seguintes: novas utilizações de matérias-primas nacionais, modernização das telecomunicações e das vias de comunicação, projecto este aliás já a decorrer satisfatoriamente, infra-estruturas energéticas, introdução de rede de gás, miniaproveitamentos hídricos, introdução de novas tecnologias na indústria e na agricultura, que deverá ser orientada para uma dinâmica empresarial, reapetrechamento da frota pesqueira e mercante, introdução de computadores no ensino básico, etc.

Além do desenvolvimento económico é fundamental também o desenvolvimento científico e tecnológico, e social e cultural, para o que se deverá investir fortemente nos recursos humanos, prioritariamente na área da educação, instituindo a tão necessária educação permanente, e, principalmente criar no povo português um elevado sentimento patriótico de defesa nacional, sem o qual qualquer estratégia de defesa nacional pode facilmente claudicar, pois são inúmeras as tarefas essenciais à defesa do solo pátrio, a distribuir por todos os portugueses; mas, para isso, impõe-se que o povo seja informado e esclarecido com verdade e não com demagogia, como algumas vezes acontece, até por parte daqueles que se arrogam exemplos de seriedade, isenção, justiça e competência.

Parece-nos que, dos três desafios atrás enunciados, atlântico, europeísta e ibérico, deverá prevalecer a resposta ao primeiro, por ser o que mais corresponde à realidade portuguesa; na verdade o atlantismo, e não se

confunda atlantismo com americanismo, é um objectivo estratégico do Estado e uma vocação da Nação portuguesa, tendo Portugal que se assumir, de forma inequívoca, como país euro-atlântico, de vocação universalista, pois que, para si, o atlantismo constitui um verdadeiro interesse nacional, na medida em que facilita a coesão interterritorial do Portugal euro-atlântico, correspondendo a sua integração na OTAN a uma visão estratégica decorrente de, como pequeno país que é, não poder contar com o factor espaço para conter um qualquer inimigo, tendo que defender as suas fronteiras muito longe delas.

Todavia, isso não deve impedir a exploração, no bom sentido, de todas as vantagens inerentes às Comunidades Europeias e a vivência bilateral, necessariamente muito cuidada e determinada, com a vizinha Espanha, perante a qual é necessário, contudo, evitar criar dependências muito marcadas, como, por exemplo, fazer dela o principal parceiro comercial de Portugal, e dispor de um bem apetrechado aparelho militar, inserido numa adequada estratégia de defesa militar autónoma, suficientemente forte para poder ser considerado como dissuasor de quaisquer apetites ou aventuras.

Nesse desafio atlântico é fundamental, não só por razões éticas ligadas ao nosso passado colonial, àquela nossa vocação universalista e ao nosso património cultural, mas também por razões estratégicas inerentes à nossa situação e vocação atlânticas, encarar e perspectivar a formação dum sistema do mundo lusófono, formado por Portugal, Brasil e Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa, com capacidade bastante para poder vir a ter grande importância, pelo menos a longo prazo, no sistema mundial, inclusivamente numa possível defesa dos nossos interesses frente às implicações decorrentes do conflito Leste-Oeste, ou eventualmente de outros, se se vier a alterar o actual sistema mundial. E se, no contexto actual, um subsistema de defesa, dentro desse sistema do mundo lusófono, não se considera viável, pelo relativamente fraco potencial militar dos Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa e pela diferente inserção dos países lusófonos no sistema de defesa internacional, com Portugal e Brasil na esfera de acção dos EUA, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau na esfera de acção da União Soviética, e Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe com uma tónica essencialmente neutralista, pelo contrário consideram-se viáveis a médio prazo (1993/2000) os subsistemas económico e cultural; em relação ao subsistema económico e considerando a sua viabilidade a médio prazo,

devem desde já (curto prazo-1987/92) fazer-se esforços no sentido de entendimentos bilaterais, constituindo possíveis etapas no caminhar para esse futuro subsistema económico; quanto ao subsistema cultural, também viável a médio prazo, é de referir que a língua portuguesa é universal apenas em Portugal e no Brasil, enquanto que nos Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa, embora a língua oficial seja a portuguesa, a maior parte das populações fala tão-somente dialectos.

De acordo com o general de divisão brasileiro Manoel Augusto Teixeira, poder-se-á resumir a concepção geoestratégica para a formação de uma Comunidade Económica e Cultural de Países de Língua Portuguesa, enunciando os seguintes princípios: investir no subsistema cultural, ressarcir no subsistema económico e desfrutar o ideal do bem comum. Quanto à estratégia geral (acção estratégica) inerente, e ainda segundo o mesmo general brasileiro, haverá que, para já, fortalecer os laços culturais com os Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa, por acção conjunta de Portugal e do Brasil, a curto prazo desenvolver o comércio bilateral primeiro e, depois, criar a Comunidade Económica Portugal-Brasil, e, a médio prazo, criar a Comunidade Cultural Lusófona primeiro e, depois, na sequência da Comunidade Económica Portugal-Brasil, a Comunidade Económica Lusófona.

Pese embora o que possa haver de esquemático e de ambicioso nesta proposta, ela parece-nos suficientemente atractiva, indo de certo modo ao encontro do desejo de todos aqueles portugueses que, como nós, gostariam de ver um mundo lusíada, formado por países verdadeiramente democráticos e desenvolvidos, a desempenhar um papel efectivo no contexto mundial, contribuindo decisivamente para a paz, e para a segurança, o progresso, o bem-estar e a justiça social, mas com aquele Portugal independente e soberano, que nos foi legado pelos nossos antepassados, à custa de uma vontade indomável, que soube resistir, com heroicidade e talento, a todas as vicissitudes.

Joaquim dos Santos Félix António

Contra-almirante médico naval